Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.270 | Preço banca: R$ 3,50

Produção da indústria recua 0,8% em setembro; 4ª queda em cinco meses

A produção da indústria brasileira apresentou queda de 0,8% na passagem de agosto para setembro. O resultado representa a quarta retração no intervalo de cinco meses.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o dado de setembro veio abaixo da mediana das expectativas de mercado (-0,4%).

No acumulado de 12 meses, a produção industrial apresenta alta de 0,2%. De acordo com o analista da pesquisa, André Macedo, o desempenho das fábricas brasileiras nos últimos meses revelam "clara redução na magnitude de crescimento". Página 3

Governo publica MP das alíquotas do Imposto Seletivo para 2027

Página 3

INSS paga 13º a novos aposentados a partir de 24 de novembro

Página 4

Previsão do Tempo

Sexta: Nublado pela manhã, com possibilidade de garoa. À tarde o sol aparece, com pouca nebulosidade. Noite com algumas nuvens.

25º C
18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

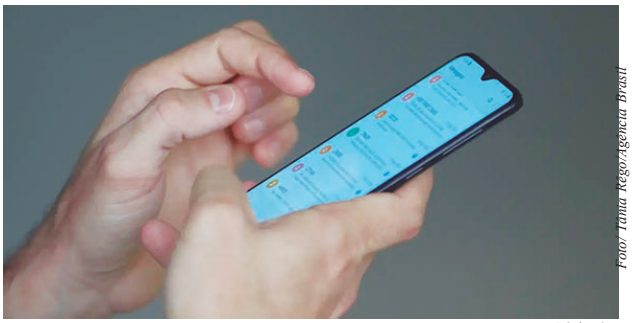
DÓLAR

Comercial
Compra: 5,48
Venda: 5,49

Turismo
Compra: 5,50
Venda: 5,68

EURO
Compra: 6,16
Venda: 6,16

Anatel publica novas regras para prevenir fraudes por meio de SMS



Foto/ Tânia Rêgo/Agência Brasil

Página 3

Fenabrave prevê aumento de 12,8% na venda de veículos novos em 2026

Página 3

Operação mira rede ilegal de bets que movimentou R$ 734 milhões

Página 6

Mais de 2,4 milhões de casas precisam renovar desconto na conta de luz

Página 4

1º Fórum Nacional da Transparência

Página 6

Esporte

F1 terá três sul-americanos pela 1ª vez desde 2015

Por Tiago Mendonça, em Interlagos

É incrível pensar que o automobilismo sul-americano, de Juan Manuel Fangio e Ayrton Senna, chegou a ficar sem representantes no grid da principal categoria do automobilismo mundial. A "seca" na Fórmula 1 persistiu por quase sete temporadas entre 2018 e 2024 (sem contar, é claro, a participação especial de Pietro Fittipaldi em duas corridas, substituindo Romain Grosjean em 2020).

Mas essa realidade foi transformada nos últimos anos. Primeiro, com as chegadas do argentino Franco Colapinto e do brasileiro Gabriel Bortoleto. E agora, com a presença de mais um piloto do Brasil: no caso, o pernambucano Rafael Câmara, que estreia pela Haas neste fim de semana, correndo em casa no GP de São Paulo. Este é o maior número de sul-americanos no grid em mais de dez anos.

A última vez que a América do Sul alinhou três pilotos no grid foi em 2015, com os brasileiros Felipe Massa e Felipe Nasr, além do venezuelano Pastor Maldonado. Nesta quinta-feira, 5, em Interlagos, Gabriel Bortoleto valorizou a chegada do compatriota à Fórmula 1 e mandou um recado para Rafael Câmara, que fará sua estreia de forma um tanto repentina no topo do automobilismo – ele foi confirmado apenas nesta semana.

"Eu falei com ele quando foi anunciado para o ano que vem. Mas nessa semana eu não falei porque, cara... imagino como está maluca a vida dele, caindo de paraquedas", comentou Bortoleto. "Ele tem uma boa cabeça, não precisa de conselho. Mas se eu posso dizer alguma coisa é que ele seja grato pela oportunidade, que aproveite, porque correr em casa, na Fórmula 1 é uma oportunidade incrível".

O próprio Bortoleto relembrou as dificuldades que ele mesmo viveu no ano passado, correndo pela primeira vez em Interlagos. "Foi um final de semana em que eu aprendi a lidar com as minhas emoções", falou Bortoleto. "Foi a primeira vez em muitos, muitos anos que eu tomei decisões e atitudes por emoção e não por razão quando eu estava dentro de um carro de corrida a 300 km/h".

Gabriel se refere principalmente ao acidente forte que sofreu no sábado, na corrida sprint. "Quem me conhece sabe que eu sempre soube onde e quando tomar risco. E eu não estava lutando por pontos, tomei a decisão de fazer uma ultrapassagem no final da sprint, antes da classificação, causando aquele acidente. Então, ali foi uma lição de como lidar com as minhas emoções".



Foto/Audi

Gabriel *Bortoleto*

O piloto brasileiro chega a Interlagos motivado pelos pontos marcados no GP da Cidade do México, onde foi o oitavo colocado depois da punição aos pilotos da Alpine, Pierre Gasly e Franco Colapinto, e a Oscar Piastri, da McLaren. Bortoleto agora tem 14 pontos, um a mais do que o companheiro de equipe Nico Hülkenberg. Curiosamente, no Mundial de Construtores a disputa da Audi é com a Haas.

A equipe alemã soma 27 pontos, enquanto a norte-americana tem 31. A briga é pelo sétimo lugar e pode representar cerca de US$ 10 milhões a mais ou a menos em premiações, dependendo do resultado de cada um dos times. Tanto a Haas quanto a Audi perderam rendimento ao longo do campeonato e não vivem, neste momento, uma fase de disputar pontos com regularidade.

Lá na frente, a disputa pelo título Mundial de Construtores está bem próxima de ser encerrada. A Mercedes precisa de uma vitória e de um quarto lugar para encerrar matematicamente a disputa, três rodadas antes do fim do campeonato. Os treinos livres para o GP de São Paulo começam nesta sexta-feira, 6. A corrida está marcada para domingo, 8, às 14h, com transmissão ao vivo da Globo.

Nubank Ultravioleta IRONMAN 70.3 Sergipe será realizado no dia 29 de novembro



Foto/ Fábio Falconi

Nubank *Ultravioleta IRONMAN 70.3 Sergipe*

Pela terceira vez consecutiva, o estado de Sergipe receberá a etapa final da temporada do circuito Nubank Ultravioleta IRONMAN 70.3. Marcada para o dia 29 de novembro, a competição reunirá atletas amadores e profissionais, com uma novidade nesta edição: a participação exclusiva de profissionais da categoria masculina.

Após a disputa exclusiva das atletas profissionais femininas na etapa de Florianópolis, agora o foco será nos profissionais masculinos, reunindo alguns dos melhores nomes do esporte. A novidade busca fortalecer ainda mais a disputa entre os atletas e ampliar o valor da premiação, concentrando em uma única categoria, masculina ou feminina, o montante de mais de R$ 80 mil destinado aos profissionais.

A expectativa é de uma prova bastante disputada, com atletas de alto nível em busca de um lugar de destaque no encerramento do calendário. A etapa também será classificatória para o IRONMAN 70.3 World Championship 2027, que será realizado em Chattanooga, Tennessee, nos Estados Unidos. No amador, serão 50 vagas, sendo 25 no masculino e o mesmo número no feminino. Entre os profissionais, serão duas vagas, além da premiação em dinheiro.

Um dos destaques é o percurso, que conecta dois importantes cenários turísticos do estado. A natação, de 1,9 km, será realizada nas águas do Rio Vaza-Barris, na região de Mosqueiro, onde também estará montada a primeira área de transição (T1). No ciclismo, os atletas percorrerão os 90 km em três voltas, num trajeto praticamente plano, mas que deverá exigir atenção especial por conta do vento e do calor característicos da região, até chegarem à Praia de Atalaia, onde estarão instaladas a segunda área de transição (T2), a IRONMAN Village e a linha de chegada.

A etapa de corrida, 21,1 km, será realizada integralmente pela orla de Atalaia, permitindo que o público acompanhe de perto o desempenho dos participantes. A combinação de um percurso rápido, das condições climáticas e da presença de profissionais masculinos promete dar um ingrediente especial à disputa pelo título da etapa.

O Nubank Ultravioleta IRONMAN 70.3 Sergipe é organizado pela Unlimited Sports, tendo como title sponsor Nubank Ultravioleta; patrocínio da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer e do Governo do Estado de Sergipe, Track & Field, Fila, Vivo, La Roche-Posay, Omint e Arjon; copatrocínio de Volvo, Vitafor, Parmalat Fit, LIQUIDZ, Dux, Blue Seventy, Visual Bike, Relaxmedic, Pacco, Vitalmed Constat, Rede Primavera Saúde, Boali, Água Mineral Natural Faz Bem e Oakberry; e apoio de Tachão de Ubatuba, Paçoquita, Sococo, Kai Prevention Center e Prefeitura de Aracaju.

Metrô de São Paulo vive maior ciclo de obras simultâneas da história

O Metrô de São Paulo passa pelo maior ciclo de obras simultâneas da história da companhia, com mais de 18 quilômetros de expansão em andamento e cerca de R$ 30 bilhões em investimentos do Governo de São Paulo. As intervenções incluem a ampliação das linhas 2-Verde e 15-Prata, além do desenvolvimento de projetos que devem ampliar a rede de transporte sobre trilhos na Região Metropolitana de São Paulo.

Em entrevista ao SP POD, podcast da Agência SP, o diretor de Engenharia e Planejamento do Metrô, Roberto Torres, detalhou o andamento das obras e os impactos esperados para a mobilidade urbana. Um dos destaques é a expansão da Linha 2-Verde em direção a Guarulhos, que marca a chegada de uma linha operada pelo Metrô para além dos limites da capital paulista.

"O Metrô é uma empresa de 1968 e nasceu com o propósito de levar a rede para toda a Região Metropolitana de São Paulo. Ao longo desses anos, a Linha 2-Verde é a primeira que vai conseguir, de fato, materializar esse sonho", afirmou Torres.

A expansão ganhou um novo capítulo com o início da escavação da tuneladora Hebe Camargo, no trecho entre a Penha e Guarulhos. Pela primeira vez, duas tuneladoras trabalham simultaneamente nas obras da Linha 2-Verde. A segunda, batizada de Cora Coralina, atua no trecho entre a Penha e o Complexo Rapadura, na zona leste.

"É um marco extremamente importante para nós, porque hoje podemos dizer que começamos a escavação rumo à cidade de Guarulhos, dando continuidade àquele sonho que tivemos em 1968", destacou o diretor.

Além de ampliar o alcance da rede, a extensão da Linha 2-Verde deverá contribuir para redistribuir o fluxo de passageiros, especialmente na Linha 3-Vermelha. Com a ampliação, usuários da zona leste poderão acessar a Linha 2-Verde diretamente pela estação Penha, reduzindo a necessidade de deslocamento até a região central para realizar integrações.

Outra frente de obras é a ampliação da Linha 15-Prata, que atende a zona leste da capital. O projeto contempla a construção das estações Boa Esperança e Jacu-Pêssego, além da estação Ipiranga e de um novo pátio de estacionamento de trens. São quase cinco quilômetros de expansão, com expectativa de atender uma demanda futura de 350 mil passageiros por dia.

Segundo Torres, as intervenções poderão reduzir em pelo menos uma hora o tempo de viagem de passageiros que saem da região de Jacu-Pêssego em direção à Avenida Paulista, onde estão concentrados hospitais, instituições de ensino e equipamentos culturais.

"A gente tem a expectativa de reduzir em pelo menos uma hora o tempo de viagem de alguém que queira sair da região de Jacu-Pêssego para a Avenida Paulista. É essa característica nossa de olhar a mobilidade urbana como algo para reduzir desigualdade", explicou.

"A gente está sempre muito preocupado em reduzir esse tempo de viagem dos passageiros para proporcionar mais tempo com a família, mais tempo em casa, mais tempo para a educação e mais tempo para se cuidar", acrescentou.

Novas linhas para a Grande São Paulo

Durante a entrevista, o diretor também destacou a Linha 17-Ouro, inaugurada em março de 2026. Com oito estações e quase sete quilômetros de extensão, o monotrilho permite a conexão sobre trilhos com o Aeroporto de Congonhas. A companhia já trabalha no planejamento de outras quatro estações para ampliar o atendimento.

Além das obras em andamento, o Metrô desenvolve projetos que somam mais de 130 quilômetros de novas linhas. Entre eles está a Linha 19-Celeste, que deverá conectar o centro da capital a Guarulhos, com previsão de integração à Linha 2-Verde na futura estação Dutra. A expectativa apresentada pelo diretor é de que as duas linhas cheguem a Guarulhos até 2032.

Outros projetos incluem a Linha 20-Rosa, que deverá atender o ABC Paulista, e a Linha 22-Marrom, planejada para conectar regiões da capital a Osasco e Cotia. Já as linhas 21-Vinho e 23-Limão estão em fases de estudos e desenvolvimento.

De acordo com Torres, a definição das prioridades de expansão considera os resultados da Pesquisa Origem-Destino, que identifica os padrões de deslocamento da população. A próxima edição está prevista para 2027 e deverá contribuir para o planejamento da rede de transporte até 2050.

O diretor também ressaltou que a expansão do sistema sobre trilhos contribui para reduzir a circulação de veículos e as emissões de gases de efeito estufa, além de ampliar o acesso da população a serviços, empregos e oportunidades em diferentes regiões da metrópole. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Histórias : se o vereador Milton Leite não fosse tão poderoso em suas 6 presidências da mesa diretora do parlamento, talvez não estivesse preso [2026] pela acusação de usar empresa de ônibus pra servir o PCC

.

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias : se em 2018 o vereador Ricardo Nunes (MDB) tivesse sido eleito deputado federal, não seria vice na chapa do Bruno Covas (ex-vice do Doria PSDB) ... falecido em 2021 ... e não seria reeleito prefeito em 2024

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Histórias : se o suplente de deputado [fiscal de renda do Estado] Vitor Sapienza] fosse deputado com mandato no início dos anos 1990, Vitor Sapienza (MDB) não seria eleito presidente do maior parlamento estadual

.

GOVERNO (São Paulo)
Histórias : se o empresário (grupo Votorantim) Antonio Ermírio (PTB) não tivesse ganho eleição 1986 só na capital, talvez vencesse o vice-governador Quércia (MDB) pelo interior. Ele nunca mais disputou cargos públicos

CONGRESSO (Brasil)
Histórias : se o deputado federal [nascido em SP e morando no Rio] Jair Bolsonaro não tivesse tomado uma facada quase mortal em 2018, possivelmente não teria os votos de quem ficou com pena de um homem simples

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Histórias : assim como o Lulismo ganhou a eleição 2022 por ter sido condenado e preso [não disputar 2018], parece não haver mais dúvida que Trump (USA) só foi eleito em 2024 pelo tiro de fuzil que pegou só na orelha

.

PARTIDOS (Brasil)
Histórias : o partido Arena e o MDB foram [após 1966 até os anos 1980] as maiores legendas brasileiras [relativamente do Ocidente]. Em 2026, o que restou deles perde de longe [desde 2022] pro que virou o Partido Liberal

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Portanto, abandonem tudo o que é mau, toda mentira, fingimento, inveja e críticas injustas. Sejam como criancinhas recém-nascidas, desejando sempre o puro leite espiritual, para que, bebendo dele, vocês possam crescer e ser salvos" **1 Pedro 2.1,2 (NTLH)**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Siga Fácil: saiba como cancelar ou pedir restituição de multas do sistema de pórticos das rodovias de São Paulo

Motoristas que receberam multas por não pagar tarifas do sistema de pórticos Siga Fácil, de cobrança automática em rodovias paulistas, têm até 16 de novembro de 2026 para regularizar a situação. O prazo excepcional permite que os condutores quitem as tarifas em atraso e, conforme o caso, tenham as multas canceladas ou recebam de volta o valor já pago pela penalidade. Também está prevista a retirada dos pontos correspondentes na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

A medida vale para infrações relacionadas à falta de pagamento da tarifa nos sistemas de livre passagem, inclusive em situações anteriores à publicação da Deliberação nº 277 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A norma estabeleceu um período excepcional de 200 dias para que os motoristas regularizem os débitos. Durante esse intervalo, ficam suspensos os processos relacionados à falta de pagamento.

Para ter direito ao benefício da restituição, há uma condição fundamental: o motorista precisa pagar a tarifa correspondente à passagem pelo pórtico até 16 de novembro, mesmo que já tenha quitado a multa. O procedimento para regularizar a situação depende de a penalidade ter sido paga ou não.

Quem recebeu a multa, mas ainda não pagou

Nesse caso, pagando a tarifa, o cancelamento da multa é automático. O motorista não precisa abrir processo, apresentar defesa ou fazer qualquer solicitação ao DER-SP.



Foto/Divulgação/Governo de SP

Basta pagar a tarifa em atraso até 16 de novembro de 2026. Depois da regularização, a penalidade é cancelada, sem cobrança adicional da multa.

É importante lembrar que o prazo regular para pagar a tarifa é de 30 dias após a passagem pelo pórtico. Por isso, motoristas que utilizaram o sistema a partir de 17 de outubro ainda estão dentro do período normal para quitar o valor, sem que a falta de pagamento tenha gerado uma multa.

Quem já pagou a multa pode pedir o dinheiro de volta

O motorista que já quitou a penalidade também pode ser beneficiado. Nesse caso, porém, o cancelamento não é suficiente: é necessário solicitar a restituição do valor ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP).

Primeiro, o condutor deve pagar a tarifa correspondente à passagem pelo pórtico, respeitando o prazo de 16 de novembro. Depois, pode acessar o sistema do DER-SP e preencher a solicitação de restituição.

O pedido deve ser feito pelo endereço: https://srmff.der.sp.gov.br/cliente/login?ReturnUrl=%2F

O departamento confere as informações apresentadas com os dados das concessionárias de rodovias, disponibilizados pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A restituição depende da confirmação de que a tarifa foi efetivamente paga.

A retirada dos pontos também está prevista para os motoristas contemplados pela medida. Depois da restituição da multa, o DER-SP encaminha ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) a relação dos condutores que tiveram a solicitação aprovada.

Com essas informações, o Detran-SP realiza a atualização dos prontuários e exclui os pontos registrados em razão da infração por falta de pagamento da tarifa.

A atualização dos sistemas é feita diariamente, conforme o recebimento e o processamento das informações pelos órgãos responsáveis.

Qual é o prazo para regularizar a situação?

O prazo final é 16 de novembro de 2026. Até essa data, o motorista precisa quitar a tarifa correspondente à passagem pelo pórtico para ter direito ao cancelamento da multa ou à restituição do valor já pago e à retirada dos pontos na CNH.

A regra vale para todos que foram autuados. Os motoristas podem consultar débitos e pendências do sistema de forma centralizada pelo aplicativo CNH do Brasil ou pelo portal Senatran. A diferença está no procedimento: no primeiro caso, o cancelamento é automático; no segundo, é necessário solicitar a restituição pelo sistema do DER-SP. (Governo de SP)

Pela primeira vez, São Paulo vai oferecer transporte gratuito para estudantes da rede estadual de 500 cidades nos dias do Enem

Cerca de 70 mil estudantes da rede estadual de São Paulo terão transporte gratuito para chegar aos locais de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos dias 8 e 15 de novembro. Para garantir o deslocamento dos candidatos, o Governo do Estado vai mobilizar aproximadamente 7.000 ônibus em mais de 500 municípios, em uma operação coordenada pela Secretaria da Educação (Seduc-SP). A ação integra uma série de movimentos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para ampliar a participação dos estudantes no exame nacional que, assim como o Provão Paulista Seriado, é um importante instrumento para acesso dos estudantes da rede pública paulista ao ensino superior.

A iniciativa beneficiará praticamente um em cada cinco alunos da 3ª série do Ensino Médio da rede estadual inscritos no exame. O atendimento será destinado a estudantes que vivem em municípios sem previsão de gratuidade no transporte coletivo nos dias de prova e àqueles que, mesmo em cidades com passe livre, não têm acesso a linhas que atendam seus locais de residência ou de exame.

O transporte será organizado pelas 91 Unidades Regionais de Ensino (UREs), de acordo com as necessidades de cada localidade. Os ônibus poderão buscar os estudantes em casa ou em pontos de encontro previamente definidos. Para alunos com deficiência, o atendimento será realizado de porta a porta. Em parte dos municípios, a operação contará com a parceria das administrações locais. A mobilização terá abrangência inédita, tanto pelo número de estudantes atendidos quanto pela quantidade de cidades envolvidas.

Mais alunos no Enem

Para ampliar o acesso dos estudantes ao Enem, as escolas estaduais foram orientadas a acompanhar, de perto, a confirmação de participação dos estudantes da 3ª série nas provas. Neste ano, a Secretaria alcançou alto índice de confirmação das inscrições no exame: 315,2 mil alunos da 3ª série do Ensino Médio (94,3% dos matriculados) devem fazer o Enem.

Ao longo do último mês, a Educação trabalhou para identificar alunos que precisam de transporte nos dois dias de Enem. A maioria deles (204,8 mil) fará a prova na mesma escola em que estuda.



Foto/Divulgação/Governo de SP

Os *ônibus poderão buscar os estudantes em casa ou em pontos de encontro previamente definidos*

Como saber onde embarcar?

Os estudantes e suas famílias devem procurar a Unidade Regional de Ensino responsável por sua escola para consultar as informações sobre o transporte, incluindo locais de embarque e orientações para os dias de prova.

A relação das 91 UREs e dos municípios atendidos está disponível no portal da Seduc-SP.

Local de provas

Para consultar o local de provas nos dois próximos domingos, os candidatos devem:

Acesse o portal oficial na Página do Participante.

Clique no botão "Entrar com gov.br" e digite o seu CPF e senha cadastrados;

No menu lateral ou na área principal do assistente virtual, selecione a opção "Local de Prova" ou abra o Cartão de Confirmação de Inscrição.

O Inep também disponibilizou um número de telefone para a consulta do local de provas. A ligação é gratuita para o telefone 0800 616161 e o aluno deve escolher a opção 0 (zero) para consultar suas informações. (Governo de SP)

Produção da indústria recua 0,8% em setembro; 4ª queda em cinco meses

A produção da indústria brasileira apresentou queda de 0,8% na passagem de agosto para setembro. O resultado representa a quarta retração no intervalo de cinco meses.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o dado de setembro veio abaixo da mediana das expectativas de mercado (-0,4%).

No acumulado de 12 meses, a produção industrial apresenta alta de 0,2%. De acordo com o analista da pesquisa, André Macedo, o desempenho das fábricas brasileiras nos últimos meses revelam "clara redução na magnitude de crescimento".

Nos cinco últimos meses, a perda acumulada chega a 4,1%, o que elimina parte do ganho de 4,2% verificado nos quatro primeiros meses do ano.

Com os números de setembro, a indústria fica posicionada 16,5% abaixo do patamar mais alto já registrado, que pertence a maio de 2011.

Veja o comportamento do setor nos últimos meses: Setembro: -0,8%; Agosto: -07%; Julho: 0%; Junho: -1,6%; Maio: -1%.

Queda disseminada

Macedo detalha que na passagem de agosto para setembro, houve "perfil disseminado de taxas negativas", alcançando três das quatro grandes categorias econômicas e 17 das 25 atividades industriais pesquisadas.

Veja o comportamento por grande categoria econômica: bens de capital (máquinas e equipamentos): -1,9% bens de consumo semi e não duráveis: -1,2% bens intermediários (produtos utilizados na produção de outros bens): -0,7% bens de consumo duráveis: 0,7% Entre as atividades, as principais influências negativas foram coque (derivado do carvão), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-4,2%) e produtos alimentícios (-1,7%).

Macedo explica que a produção de álcool etílico e de açúcar responderam por grande parte das perdas.

"Vale destacar que essas atividades foram pressionadas pela redução no processamento da cana-de-açúcar, refletindo, em grande parte, os impactos provocados pelo maior volume de chuvas".

Por outro lado, o crescimento nas indústrias extrativas (1,7%) exerceu a principal influência positiva na média da indústria. "Nesta atividade, os destaques ficaram por conta da maior extração de óleos brutos do petróleo, gás natural e minérios de ferro", analisa.

Em relação a setembro do ano passado, a produção industrial caiu 2,5%, o recuo mais acentuado desde março de 2024 (-2,9%).

O IBGE aponta que a comparação foi afetada pelo efeito calendário (setembro de 2026 teve um dia útil a menos) e por uma elevada base de comparação, já que a indústria avançou 2% em setembro de 2025. (Agência Brasil)

Brasiliana
Mauricio Picazo Galhardo

- Então olhei para o Brasil e ví o campo:
- Quero saber apresenta:

" ... a COP 31 Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima será realizada entre os dias 9 e 20 de novembro de 2026, no Centro de Exposições de Antália, localizado na costa mediterrânea da Turquia. A Cúpula dos Líderes está programada para os dias 11 e 12 de novembro. A Turquia será o país anfitrião e exercerá a presidência oficial da conferência, enquanto a Austrália ficará responsável pela liderança das negociações formais. Entre os assuntos que deverão orientar os debates e as negociações da COP 31, destacam-se: Eletrificação da economia: a Turquia defende o estabelecimento de uma meta voluntária para elevar a participação da eletricidade no consumo global de energia de aproximadamente 23% para 35% até 2035, incentivando a transição para uma matriz energética mais sustentável...." (Fonte: IA)



Governo publica MP das alíquotas do Imposto Seletivo para 2027


Foto: Sérgio Amaral/Agência Saúde DF

O governo federal publicou, na quarta-feira (4), a Medida Provisória 1.399/2026. O texto define as alíquotas e normas complementares do Imposto Seletivo, que incidirá sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, a partir de 2 de fevereiro de 2027.

O tributo foi instituído pela Emenda Constitucional 132/2023, conhecida como Reforma Tributária, e substituirá o Imposto sobre Bens Industrializados (IPI).

A MP publicada no Diário Oficial define as regras de transição do atual modelo tributário para o novo sistema. O regime estabelecido pelo texto terá caráter temporário e ficará em vigor até 31 de dezembro de 2027.

Nesse período de 11 meses, as alíquotas do Imposto Seletivo aplicáveis a veículos, aeronaves, embarcações, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas corresponderão às atuais alíquotas do IPI, após a aplicação de fatores específicos de conversão.

Segundo a Casa Civil da Presidência da República, a MP estabelece critérios de sustentabilidade e eficiência energética para a definição das alíquotas incidentes sobre veículos, aeronaves e embarcações.

Algumas categorias de veículos terão alíquota zero, incluindo aqueles adquiridos por pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista e por motoristas profissionais que utilizem o automóvel na categoria de aluguel (táxi). Também terão o benefício os veículos com registro de versão sustentável, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O Imposto Seletivo também incidirá sobre caminhões com peso bruto total igual ou superior a 3.500 quilos, exceto picapes, além de veículos, aeronaves e embarcações com características técnicas específicas destinados ao uso operacional das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública.

Bens minerais extraídos terão alíquotas reduzidas a zero até 31 de dezembro de 2027. O regime permanente para esses itens será objeto de discussão legislativa específica. Loterias como Mega-Sena, Lotofácil e Loteca terão alíquota de 0,5%.

Junto a essa medida provisória será apresentada ao Congresso proposta de emenda à Constituição (PEC) para prorrogar a incidência do IPI incidente sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, até que haja pleno efeito do Imposto Seletivo. O objetivo é evitar a desoneração sobre produtos gravosos à saúde.

Um eventual aumento da arrecadação estimada com o Imposto Seletivo será compensado por redução equivalente da alíquota de referência e da arrecadação estimada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O oposto ocorrerá se houver queda na arrecadação.

As alíquotas definitivas, a serem aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2028, serão discutidas no Congresso. O governo deve apresentar ao Legislativo um projeto de lei até 31 de maio de 2027, com a definição dessas taxas. (Agência Brasil)

Anatel publica novas regras para prevenir fraudes por meio de SMS

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou no Diário Oficial da União (DOU) da quarta-feira (4) novas regras para ampliar a segurança dos usuários de telefonia móvel e dificultar a aplicação de golpes por meio de mensagens de texto (SMS).

Com as regras, as operadoras de telefonia móvel ficam obrigadas a bloquear mensagens originadas de códigos não registrados. Cada código curto deverá estar vinculado exclusivamente a uma única empresa, facilitando a identificação da origem dos envios.

As exigências se aplicam ao SMS na modalidade A2P (Application-to-Person), utilizada por empresas para enviar mensagens automatizadas aos usuários. Nesse modelo, o remetente é identificado por um código curto, geralmente composto por poucos dígitos, como "29222", em vez de um número de celular convencional.

O Conselho Diretor da Anatel determinou às prestadoras de telefonia móvel que, no prazo de até 90 dias, adotem medidas relativas ao envio dessas mensagens, como a implementação e manutenção de diretório setorial centralizado de códigos curtos, disponível para consulta pública, que permita identificar as pessoas jurídicas responsáveis pelo encaminhamento das mensagens e restrição do uso do serviço de envio de mensagens SMS A2P a pessoas jurídicas devidamente identificadas.

As operadoras terão de assegurar que cada código curto utilizado para identificar os remetentes das mensagens seja destinado ao uso exclusivo de uma única pessoa jurídica, vedado seu compartilhamento. (Agência Brasil)

Fenabrave prevê aumento de 12,8% na venda de veículos novos em 2026

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) aumentou a projeção de crescimento para as vendas de veículos novos em 2026 de 8,6% para 12,8%. A expectativa foi divulgada na quarta-feira (4), com os dados de emplacamentos de veículos novos no país em outubro.

A previsão é de que o setor, como um todo, deve vender quase 5,6 milhões de unidades no ano. Entre janeiro e outubro, foram emplacadas 4.722.650 unidades, o que já representa um crescimento de 12,62% sobre igual período de 2025.

De acordo com a Fenabrave, este foi o segundo maior resultado acumulado da série histórica, atrás apenas do registrado em 2011.

"Os resultados acumulados permitem uma avaliação mais favorável para o fechamento do ano, principalmente entre automóveis e comerciais leves. Ao mesmo tempo, continuamos projetando retração para caminhões e ônibus, ainda que menores que as estimadas em julho, mas abaixo do que previámos em janeiro", disse Arcelio Junior, presidente da Fenabrave.

Para a federação, o resultado mostra que o mercado brasileiro mantém ritmo consistente de crescimento, ainda que com ajustes pontuais.

"Observamos uma recuperação gradual em segmentos como caminhões, ônibus e implementos rodoviários, cuja queda acentuada vem retrocedendo ao longo dos meses, notadamente, após a implantação do Programa Move Brasil", acrescentou Arcelio Junior.

Queda em outubro

As vendas desses veículos tiveram queda de 4,06% em outubro, na comparação com setembro, segundo o balanço. Em relação a outubro de 2025, também houve retração, de 0,85%.

A Fenabrave avalia que a retração de outubro foi influenciada pelo calendário, já que outubro do ano passado teve 23 dias úteis, enquanto neste ano foram 21.

O total de 489.119 emplacamentos no mês passado inclui automóveis, veículos comerciais leves (picapes e furgões), ônibus, caminhões, motos e implementos rodoviários, como reboques e carrocerias.

Veículos elétricos

Um fator que tem contribuído para o bom desempenho no ano é a venda dos veículos eletrificados, que apresentaram crescimento superior a 130% no acumulado do ano, com 524.766 unidades emplacadas. Isso considera tanto os modelos híbridos quanto os totalmente elétricos.

Considerando-se apenas automóveis e veículos comerciais leves, a participação dos eletrificados praticamente dobrou no país: atualmente, eles já representam 20,54% dos emplacamentos no Brasil, diz a Fenabrave. No ano passado, isso correspondia a 10,67%.

Desempenho por segmentos

O segmento de automóveis e comerciais leves continua tendo um bom crescimento no ano, informou a Fenabrave. No acumulado do ano, o crescimento foi de 17,29%, com 2.410.505 unidades emplacadas.

Considerando-se apenas o mês de outubro, houve queda de 5,48% em relação a setembro e crescimento de 2,5% ante outubro do ano passado.

Quanto aos segmentos de caminhões e ônibus, a queda persiste, apesar de alguma recuperação no ano. No acumulado do ano, o recuo foi de 4,18%, enquanto, em setembro, a queda foi de 8,36%. Em relação a outubro de 2025, as vendas caíram 10,26%.

Já as motocicletas cresceram 8,90% no ano, com 1.985.816 unidades emplacadas, maior volume acumulado de sua série histórica.

"A motocicleta atende tanto às necessidades de mobilidade individual quanto às atividades profissionais, especialmente nas cidades. Essa diversidade de utilização contribui para manter a demanda elevada, ainda que com pequenos ajustes pontuais de um mês para o outro, como os que ocorreram em outubro, em função do menor número de dias úteis em relação a outubro do ano passado", afirma Arcelio Junior. (Agência Brasil)

Porto Seguro tem queda de 14% no lucro e reduz projeção de receita diante de cenário de crédito adverso

A Porto, um dos principais grupos de seguros do Brasil, reportou lucro líquido recorrente de R$ 712,7 milhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 14,3% em relação ao registrado em igual período do ano anterior. O resultado também veio abaixo da média das estimativas colhidas pela Bloomberg, que estimava lucro de R$ 797,7 milhões no período.

O CEO Paulo Kakinoff citou "um cenário de crédito mais desafiador" ao comentar os números. Um dos principais impactos sobre o resultado veio da Porto Bank, vertical de serviços financeiros do grupo, que registrou uma perda de crédito de R$ 843 milhões entre julho e setembro -alta de 48% na base anual.

"As perdas de crédito foram decorrentes de um ciclo de crédito mais adverso do mercado e de uma postura mais conservadora na gestão de risco, resultando em maiores provisões", afirmou Kakinoff em documento publicado pela empresa na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na quinta-feira (5).

O resultado financeiro da Porto foi de R$ 309 milhões no período, queda de 19% na base anual, com impacto da baixa rentabilidade de títulos atrelados à inflação no trimestre, o que afetou títulos marcados na curva. Além disso, a alocação do grupo em renda variável teve desempenho pior que a média do Ibovespa, afirmou.

A Porto também registrou aumento anualizado de 10,4% nos sinistros líquidos retidos — isto é, o valor real das indenizações que a companhia teve de desembolsar a seus segurados nos diversos segmentos de atuação, como auto, vida, saúde, odonto e patrimonial.

No caso da Porto Saúde, a sinistralidade foi de 82% no período, alta de 4,7 pontos percentuais na base anual. Dois terços do crescimento foram atribuídos pela empresa a "rupturas na cadeia de atendimento oncológico", além de um comportamento considerado atípico na sazonalidade entre o segundo e terceiro trimestre.

Após os resultados, a Porto também atualizou suas projeções para o ano. A estimativa de resultado financeiro do grupo piorou, saindo da faixa de R$ 1,4 bilhão a R$ 1,8 bilhão para a faixa de R$ 1,1 bilhão a R$ 1,5 bilhão. Já a projeção de taxa efetiva das operações da companhia caiu de 23% a 27% para 17% a 21%. (Folhapress)

Durigan diz que é preciso dar condições para a queda dos juros

Um dia depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciar a manutenção da taxa básica de juros Selic em 13,75% ao ano, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, considera que o valor ainda é muito alto.

Segundo ele, é preciso que haja condições para uma queda sustentável dessa taxa no país.

"É uma taxa de juros bastante alta, muito ruim para economia, para todos os setores, mesmo o setor financeiro, o setor produtivo. Nós precisamos fazer as medidas necessárias para que a gente dê as condições e, de maneira sustentável e estrutural, a taxa de juros diminua do Brasil", afirmou o ministro, em coletiva à imprensa na quinta-feira (5).

"O esforço que nós temos que fazer no governo Lula 4 é dar as condições corretas, estruturais, corretos estímulos para que a gente diminua a taxa de juros", acrescentou.

O ministro explicou que o governo continuará trabalhando para fechar as contas públicas com superávit, com os ajustes necessários.

"A gente nunca vai propor medidas que prejudiquem as pessoas mais pobres. Ao contrário, quando a gente vai fazendo ajustes graduais, vai implementando medidas olhando para corte de privilégio, a retomada de uma série de revisões de benefícios, revisões de gasto primário, a gente dá as condições para que o orçamento seja superavitário", disse. (Agência Brasil)

INSS paga 13º a novos aposentados a partir de 24 de novembro

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) paga em novembro o 13º a aposentados e pensionistas que tiveram o benefício concedido a partir de maio deste ano. Os depósitos começam a ser feitos no dia 24 e vão até 7 de dezembro.

Os demais segurados tiveram os valores pagos de forma antecipada, nas competências de abril e maio. A antecipação vem sendo feita desde 2020.

Os novos segurados vão receber a renda junto com a aposentadoria ou pensão mensal. Os depósitos são feitos conforme o valor a que têm direito e o final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Quem ganha até o salário mínimo de R$ 1.621 neste ano recebe primeiro. Depois, é pago o valor a quem recebe acima do mínimo até o teto do INSS, que neste ano está em R$ 8.475,55.

A consulta ao benefício será liberada para todos os segurados a partir do dia em que o benefício é pago, no aplicativo ou site Meu INSS. Beneficiários que recebem um salário mínimo conseguem ver antes se o valor já está provisionado.

Depois, no primeiro dia do calendário, é liberada a consulta a todos os aposentados que vão receber os valores neste mês. Tem direito à gratificação quem recebe aposentadoria, pensão e benefícios por incapacidade como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.

No caso do auxílio-doença e do auxílio-acidente, que são temporários, o pagamento é feito de forma proporcional, conforme o número de meses do benefício até a data de depósito da gratificação natalina. Benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e RMV (Renda Mensal Vitalícia) não têm direito.

Receberá o 13º do INSS em novembro quem se aposentou ou passou a ganhar um benefício previdenciário entre os meses de maio e outubro. A parcela será paga de uma única vez.

Haverá o desconto do Imposto de Renda a quem se enquadra nas regras para pagar o tributo. Por lei aprovada pelo governo Lula, quem ganha até R$ 5.000 está isento. Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos pagam menos imposto. Isso porque eles têm direito a uma cota extra de isenção do IR a partir do mês em que fazem aniversário.

O pagamento do 13º salário é feito considerando o mês em que o aposentado começou a receber o benefício. Se já estava aposentado em janeiro do ano do pagamento ou antes, receberá o valor integral, sendo 50% na primeira parcela e o restante na segunda.

A segunda parcela pode ter o desconto do Imposto de Renda, caso o segurado seja obrigado a pagar o tributo. Para quem se aposentou no ano de pagamento, o 13º salário é proporcional ao número de meses.

Por lei, o benefício deve ter a primeira parcela paga no primeiro semestre e a segunda deve ser depositada até a competência de novembro, paga entre o final de novembro e o começo de dezembro.

Quem se aposenta após o adiantamento das duas parcelas recebe de uma única vez, no final do ano. Quem tem auxílio-doença recebe um pagamento proporcional. Se o benefício por incapacidade temporária ainda estiver sendo pago, o segurado recebe um 13º com base no número de meses em que ficará afastado.

Normalmente, a consulta para saber o valor exato que será pago é liberada próxima à data de pagamento, sendo que quem recebe o salário mínimo costuma saber o valor antes dos outros beneficiados. Após o primeiro dia de pagamento, o INSS libera o extrato atualizado para todos os segurados.

A consulta poderá ser feita pelo aplicativo ou site Meu INSS, que pode ser baixado nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil.

É preciso ter cadastro no Portal Gov.br para conseguir o acesso no celular e no site. Clique aqui para saber como criar uma conta. (Folhapress)

IBGE abre seleção para mais de 27 mil recenseadores temporários

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu processo seletivo para contratar 27.279 recenseadores temporários que atuarão no 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As inscrições poderão ser feitas a partir das 10h do dia 6 de novembro até as 23h59 do dia 25 de novembro no site da Fundação Cesgranrio.

De acordo com o edital publicado na quarta-feira (4) no Diário Oficial da União, a taxa de inscrição é de R$ 70. Os candidatos selecionados serão contratados, por seis meses, para coletar informações em estabelecimentos agropecuários em todo o país.

A remuneração será composta por uma parcela fixa mensal de R$ 1.741 e uma parcela variável por produção, limitada a R$ 2.629. Com isso, o valor total poderá chegar a R$ 4.370, conforme o desempenho do recenseador e o cumprimento das metas de coleta estabelecidas pelo instituto.

Além da remuneração, os contratados terão direito a auxílio-alimentação de R$ 1.192, auxílio pré-escolar, férias e 13º salário proporcionais, adicional de um terço de férias e auxílio para custeio de deslocamentos relacionados ao trabalho.

Atividades

Os recenseadores serão responsáveis por identificar, localizar e visitar estabelecimentos agropecuários nos setores sob sua responsabilidade.

Entre as atribuições estão a realização de entrevistas presenciais com produtores rurais, o preenchimento de questionários eletrônicos em dispositivos móveis, a atualização de cadastros e o registro de coordenadas geográficas das propriedades visitadas.

Também caberá aos profissionais transmitir os dados coletados ao sistema do IBGE, cumprir metas de produtividade e qualidade, participar de treinamentos e manter sigilo sobre as informações prestadas pelos entrevistados.

O prazo de contratação poderá ser prorrogado, desde que o período total não ultrapasse quatro anos, conforme a legislação que rege as contratações temporárias na administração pública federal. (Agência Brasil)

Alcolumbre retira maioridade penal da pauta e vai aguardar Câmara

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), retirou da pauta da quarta-feira (4) a proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos.

Alcolumbre disse que atendeu a um pedido do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Agora, caberá à Câmara dos Deputados debater o tema em uma comissão especial.

"Vou aguardar a Câmara dos Deputados", disse Alcolumbre, ao ressaltar que o compromisso é de que o texto seja votado na Casa ainda em novembro. "Quando chegar aqui, nós vamos votar", completou.

A articulação envolveu a retirada da discussão sobre a redução da maioridade penal do texto da PEC da Segurança Pública (PEC18/2025), que foi aprovada ontem (3). A oposição queria incluir a questão da redução da maioridade na PEC, mas o presidente do Senado decidiu separar o tema, abordado em duas emendas dos senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Camilo Santana (PT-CE).

"Na condição de presidente do Senado, preciso compreender que a ponderação [de Motta] foi razoável. Eu preciso tentar, da melhor maneira possível, manter uma relação pacífica, cuidadosa e atenciosa a uma demanda do presidente da Câmara dos Deputados", reiterou.

Propostas

O tema agora está em discussão em três propostas. Na proposta do senador Camilo Santana (PEC 20/2026), a maioridade penal passaria para os 16 anos nos casos de crimes hediondos. Para os demais crimes, continuaria aos 18 anos.

A proposta de autoria do senador Rogério Marinho (PEC 19/2026) defende reduzir a maioridade penal para 16 anos, como regra geral, e para 14 anos nos casos de crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas, terrorismo e participação em organizações criminosas.

Já a o texto em discussão na Comissão Especial da Câmara dos Deputados (PEC 32/2015) estabelece a maioridade penal e civil aos 16 anos de idade. A proposta está sendo analisada pela comissão junto com outras PECs sobre o mesma tema. (Agência Brasil)

Juíza sugere medidas mais duras contra torcidas organizadas

A juíza em exercício do Juizado Especial do Torcedor do Tribunal de Justiça do Rio, Renata Guarino Martins, defende medidas mais duras contra agressores em torcidas organizadas. A sugestão foi feita após as ações violentas de confronto, envolvendo as torcidas organizadas do Flamengo e do Vasco no último dia 29 de outubro, pelo Campeonato Brasileiro, em dois pontos diferentes da cidade resultarem em feridos e um torcedor baleado.

Para a magistrada, a violência entre as torcidas organizadas continua fazendo vítimas, apesar de termos de Ajustamento de Conduta (TACs) celebrados. Para Renata, como a medida não surtiu o efeito esperado, está na hora de rever os protocolos por medidas mais duras para punir e evitar violência e até morte entre torcedores. A situação chegou a tal ponto que os confrontos entre torcedores são marcados antecipadamente pelas redes sociais.

Antes do início do jogo entre Flamengo e Vasco, ainda na parte da tarde, um homem levou um tiro no pescoço em um ponto de ônibus, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, por ter sido confundido com um torcedor rival.

Por causa da violência que não para de fazer vítimas até mesmo distante dos estádios, a juíza determinou que o Ministério Público do Rio seja oficiado e se manifeste sobre o "TAC das torcidas".

"A situação é grave e não é inédita. O Ministério Público [MP] entabulou TACs com torcidas organizadas nos autos de ações civis públicas que não têm sido exitosos, na medida em que a direção das torcidas sequer informa os integrantes que se envolvem em confrontos, tampouco os exclui de seus quadros, ao arrepio do que preceitua a cláusula quarta dos TACs", escreveu a magistrada.

Renata Guarino sugere que, diante de tantos crimes praticados por essas torcidas e seus membros - que vão desde lesões corporais, depredação do patrimônio público até homicídio - haja revisão desses termos e sua extinção. Por isso, ela pede manifestação do MP sobre o tema. (Agência Brasil)

Após acordo com Mercosul, vendas do Brasil para a União Europeia subiram US$ 6,4 bilhões

As exportações brasileiras para a União Europeia somaram US$ 44,2 bilhões entre janeiro e setembro deste ano, uma alta de 20% ante 2025. Em valores, o crescimento representou US$ 7,4 bilhões a mais, dos quais US$ 6,4 bilhões foram registrados entre maio e setembro, ou seja, após o acordo do Mercosul com o bloco comercial entrar em vigor.

Os dados foram apresentados pela Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) nesta quinta-feira (5) durante o evento European Day, promovido pelo portal Europa Brasil, que abordou as relações comerciais do Brasil com a Europa.

Marcia Nejaim Galvão de Almeida, diretora de negócios da agência, afirmou que mesmo sem considerar-se as commodities, as vendas do Brasil para a UE avançaram 13% nos primeiros nove meses do ano.

"O acordo não beneficiou apenas o agro, mas também a indústria. Acreditamos que há espaço para todos os tipos de produto. Ainda estamos no início do acordo, mas há espaço para diversificação para pequenas, médias e grandes empresas", disse.

Ela ponderou que a Europa ainda representa apenas 14% da balança comercial brasileira, contra 30% da China, principal parceiro. "Isso mostra que há espaço para ampliar as vendas. Estamos começando agora a jogar esse jogo", avaliou.

Sergio Quiroga, presidente da Eurocâmaras, que representa a comunidade empresarial europeia no Brasil, afirmou que a alta das importações de produtos europeus não foi expressiva como as exportações, já que muitas empresas do bloco já estão instaladas no país.

"Ainda tivemos pouco resultado de produtos vindos da Europa para cá, seria interessante que viesse mais, já que o Brasil representa uma grande oportunidade para as empresas europeias", disse.

Segundo ele, o acordo entre Mercosul e União Europeia foi possível graças à política comercial americana, com a imposição de tarifas ao mundo desde o ano passado. "A imprevisibilidade dos Estados Unidos gerou a União Europeia", disse.

O evento ainda abordou as dificuldades de empresas brasileiras em exportarem para a União Europeia devido ao elevado número de exigências para a entrada de produtos.

"As exigências europeias são reconhecidamente complicadas, e é necessário estar atento para cumpri-las", disse o diplomata Fernando de Mello Barreto, que participou de negociações do acordo entre Mercosul e UE.

Barreto afirmou que soube de casos em que a mercadoria foi exportada para compradores da UE, mas ficou presa na alfândega por não cumprir especificações. "As empresas precisam se preparar muito bem antes de exportar." (Folhapress)

Mais de 2,4 milhões de casas precisam renovar desconto na conta de luz

Mais de 2,4 milhões de famílias de baixa renda precisam atualizar o cadastro junto a distribuidoras de energia elétrica para manter os benefícios do Programa Tarifa Social, que concede descontos e até isenção do pagamento da conta de luz.

O número faz parte de um levantamento da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) com os quatro maiores grupos de distribuidoras do país.

As famílias que não atualizarem os cadastros até 31 de dezembro perderão o direito ao benefício. Atualmente, 16 milhões de lares são alcançados pelo programa.

A Tarifa Social de Energia Elétrica concede às famílias de baixa renda desconto de até 100% na conta de luz. A isenção total é oferecida para quem consome até 80 quilowatt-hora (kWh) por mês.

Nesses casos, a fatura só não chega zerada, pois pode conter cobranças não associadas à energia consumida, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, imposto estadual) e a contribuição de iluminação pública (municipal).

Os descontos da Tarifa Social são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo pago principalmente pelos demais consumidores. A distribuidora concede o abatimento e é reembolsada na exata medida do benefício concedido.

Podem fazer jus à tarifa subsidiada as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Atualmente, o salário mínimo está fixado em R$ 1.621.

De acordo com as regras do programa social, o titular da conta de luz deve ser integrante da família inscrita no CadÚnico; e o município da residência deve ser o mesmo informado no cadastro social.

As regras são determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Se houver inconsistência entre o cadastro social e o titular da conta de luz, a família perde o benefício.

Algumas das distribuidoras fazem busca ativa, ou seja, procuram os clientes nessas condições.

Para resolver as inconsistências, é preciso fazer a troca de titularidade na distribuidora ou atualizar o cadastro em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), unidade pública municipal responsável por atender famílias em situação de vulnerabilidade.

Equatorial

O Grupo Equatorial, que atua na distribuição em sete estados, tem 1 milhão de beneficiários que podem ficar fora da Tarifa Social por divergência no cadastro. Esse contingente equivale a um quarto dos 4 milhões de clientes que recebem o subsídio.

Na área de atuação da Equatorial, o Pará lidera o número de pendências, com 286 mil famílias. Na sequência aparecem Maranhão (279,3 mil), Goiás (188,1 mil), Alagoas (167 mil), Piauí (117 mil), Amapá (33,9 mil) e Rio Grande do Sul (23,8 mil).

Entre as formas de busca ativa, a empresa entra em contato com os moradores por WhatsApp, e-mail e, em última instância, visita de agentes comerciais.

Neoenergia

A Neoenergia, que atende 17 milhões de clientes em cinco estados e no Distrito Federal, tem quase 533 mil clientes que ainda não atualizaram o CadÚnico conforme a nova regra.

A Bahia é o estado da distribuidora com maior número de beneficiários em risco de perder o benefício, 304,9 mil, seguido de Pernambuco (165,6 mil), Rio Grande do Norte (31,6 mil) e Distrito Federal (16,5 mil). Há ainda 14,2 mil com pendências em municípios de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Enel

Na Enel, distribuidora que atende mais de 16 milhões de clientes em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Ceará, mais de 502 mil famílias não realizaram a regularização de titularidade.

Em São Paulo, são mais de 180,6 mil clientes com pendências. No Rio de Janeiro, mais de 175 mil, e no Ceará, mais de 147 mil.

Um dos meios para realizar a troca de titularidade é por meio do WhatsApp (21) 99601-9608.

Energisa

O Grupo Energisa, que administra nove distribuidoras em 11 estados, tem 17% dos seus clientes com pendências no cadastro. São 393 mil famílias.

A maioria deles, 172 mil, está na Paraíba.

Mais 3,2 milhões poderiam ter desconto

Pelo menos 3,2 milhões de famílias de baixa renda que não são beneficiadas pela Tarifa Social poderiam passar a receber os descontos na conta de luz.

De acordo com o Grupo Equatorial, quase 2,2 milhões de residências estão nessa condição de elegibilidade, mas ainda não estão no CadÚnico.

A maior parte delas está no Pará (707 mil famílias). Em seguida vêm Maranhão (489 mil), Goiás (317 mil), Piauí (221 mil), Alagoas (221 mil), Rio Grande do Sul (151 mil) e Amapá (81 mil).

Já a Energisa estima que cerca de 1 milhão de clientes da área de concessão da distribuidora poderiam ser atendidos pela Tarifa Social. Destes, 891 mil com consumo até 80 kWh por mês, ou seja, teriam isenção total na conta de luz.

De acordo com a Lei 14.203/2021, o benefício é concedido pelas distribuidoras automaticamente às famílias que cumprem os requisitos, como a inscrição no CadÚnico.

A Tarifa Social vale também para família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até três salários mínimos, desde que tenha pessoa com deficiência, no qual o tratamento requeira o uso continuado de aparelhos que demandem consumo de energia elétrica.

O subsídio é estendido também para pessoas a partir de 65 anos e pessoas com deficiência, que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para esses casos, também vale o critério de ter o CPF atrelado ao CadÚnico e no mesmo município de registro. (Agência Brasil)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE PROCESSO DE INTERDIÇÃO Nº 1001953-62.2026.8.26.0004 ...Isto posto, declaro a requerida Miriam L.Z., relativamente incapaz, na forma do art. 4º, III, do Código Civil, nomeando-lhe curador Marcello J.Z., considerando-se compromissado independentemente de assinatura de termo. O curador deverá prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, quando solicitado. Em razão da parcial incapacidade, a requerida não pode praticar atos de vida negocial e patrimonial, como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada.Comprovado que em decorrência do seu estado de saúde a requerida está está de forma completa e irreversível impedida de expressar sua vontade, aplico a ela o regime previsto no art. 3o do Código Civil para os absolutamente incapazes, a fim de que seja não somente assistida para a prática de atos patrimoniais, mas sim representada pelo curador nomeado. São Paulo, 27 de agosto de 2026. | 06

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS,expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº0041999-70.2013.8.26.0100 O(A) Dr (a). Rodrigo Jae Hwa An,MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a Augusta Aparecida da Silva,Décio Batista, Clara da Silva Batista, Alvaro José da Silva, Flávio José da Silva,Doraci Aparecida da Silva, Marina Silva Oliverio, Neide Silva, Benedito Contrigiani, Nerina Silva Contrigiani, Regina Silva, Virginia Terezinha Silva,Bernardino Domingos Gonçalves,Levina Dias Gonçalves, José Paulo de Souza Filho, Vilma Gonçalves de Souza, Adriana Gobo Silva, Fernanda Gobo da Silva Alves Sena,Fernando Alves de Sena, Maria de Jesus Thomé Sena, Eliane da Silva, Jefferson Luís da Silva, Genilda da Silva Lima, Mariana Lopes Monteiro da Silva, Veridiana Godoy Ricoldi, Adilson Luiz Ricoldi, Leonor de Castro Matheus, Lilian Matheus, Cláudia Matheus, Mercedes Farias dos Santos Viana, Rosimeire Aparecida Machado Ferreira, Benedito Aurélio da Silva, Francisco Manoel Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Fernanda Aline Dias Slobodicov, Ione Gueribi Dias, Reginaldo Dias e Sandra Regina Dias Issy ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua Turvolândia, n.º112, e na Rua Particular Projetada, Jardim Paraguaçu, CEP 03939-060, São Paulo-SP, imóvel que se localiza em área maior na transcrição n.º 63.096 do 9º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. | 05,06

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 1127770-81.2022.8.26.0100/SP. EDITAL (DJEN) Nº 610020671690. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO HENRIQUE RIBEIRO GARCIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDISON JOSE DUTRA, CPF: 27192636649, que lhe foi proposta uma ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL por parte de NEXOOS SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S.A.. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para, no prazo de 03 dias úteis, pagar R$ 20.803,18, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito. Caso efetue o pagamento no prazo, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). PRAZO PARA EMBARGOS: 15 dias úteis, após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08/10/2026. | 05,06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1082374-16.2024.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ayres Trigo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ SÉRGIO DIAS TEIXEIRA DE CARVALHO, CPF 319.175.868-25, com endereço à Rua Castilho, 59, Brooklin Paulista, CEP 04568-010, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Suprimento de Idade e/ou Consentimento por parte de P. G. T. de C., alegando em síntese: Os autores são pais socioafetivos de P. G. T. DE C., com residência no endereço dos autores. A menor nasceu em 04/06/2016, tendo sido reconhecida pelo pai biológico somente em julho/2017. Os pais biológicos jamais conviveram sob o mesmo teto e, a menor não teve, e não tem, qualquer convivência com o pai biológico que, embora irmão do coautor, não se teve notícia de seu paradeiro nos últimos anos; estando, pois, em lugar incerto e não sabido. A mãe biológica não convive com a menor a mais de 04 anos; não a visita nem faz contato. Embora não haja nenhuma proibição. Os requerentes tem a guarda da menor. Toda responsabilidade pela assistência material, moral e educacional é dos pais socioafetivos, ora autores. Não há qualquer participação da mãe biológica que se mantém distante, por sua escolha. Tampouco do pai biológico, do qual não se tem notícia faz anos. Diante do exposto, requer-se: seja concedida a tutela antecipada, possibilitando o inicio das providências para emissão do passaporte da menor, no qual conste a autorização para viagens, suprindo a ausência dos pais biológicos, pelo mesmo prazo de validade do passaporte; seja concedida a tutela antecipada, autorizando viagens nacionais, em todo território brasileiro, suprindo a ausência dos pais biológicos; seja concedida a tutela antecipada para providenciar vistos de viagens internacionais, especialmente o norte-americano; a citação, pelo correio, da mãe biológica e, por edital, do pai biológico; a procedência do pedido para autorização de emissão do passaporte da menor PANDORA, com autorização, no próprio passaporte, para viagens, pelo mesmo prazo da validade do passaporte; autorizando-se, ainda a emissão de vistos e viagens nacionais, por todo território brasileiro; protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito,especialmente depoimento pessoal, testemunhas, documentos, perícias e demais que se fizerem necessárias. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,apresente resposta.Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. | 05,06

CAP TC TORRES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 34.878.487/0001-21 | NIRE 3530054157-0

Resumo da Ata Lavrada da Assembleia Geral Extraordinária Realizada aos 05/10/2026

Aos 05/10/2026 esteve presente na sede da CAP TC Torres e Participações S.A., em São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 294, 3º e 4º Andares, Itaim Bibi, CEP 04.534-001, o seu único acionista titular da totalidade do capital social votante, o CAP TC – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, que constituindo quórum de votação por si só e fazendo dispensáveis as medidas convocatórias comuns, fez presidente da mesa o Sr. Daniel Lafer Matandos, secretariado pela Sra. Carolina de Farias Vilela, comparecendo também os acionistas preferencialistas da Companhia, e assim, às 10hrs00min deu início à Assembleia Geral Extraordinária, tendo por objetivo votar as matérias constantes da ordem do dia, a respeito do pedido de renúncia da Sra. Geneviève Maltais-Boisvert ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e da eleição de novo membro em sua substituição. Foi então consignado o recebimento da carta de renúncia da conselheira, datada de 02/10/2026 e com efeitos a partir da mesma data, registrando-se os agradecimentos pelos serviços prestados. Ato contínuo, os acionistas elegeram, sem ressalvas, em substituição à conselheira renunciante, com efeitos a partir de 02/10/2026 e para completar o prazo de mandato remanescente: **(i)** Membro do Conselho de Administração: **Michael Todd Bucey**. O conselheiro eleito então declarou seu desimpedimento e tomou posse conforme assinatura feita ao Termo de Posse anexo à ata lavrada da assembleia geral. Encerrou-se a assembleia, cuja ata dela lavrada teve seu registro realizado pela JUCESP sob o nº 398.803/26-2 em 23/10/2026, conforme certificado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, pela qual assina a Secretária Geral Marina Centurion Dardani.

SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF 60.492.212/0001-65 | NIRE 3530009974-5

Resumo da Ata Lavrada da Assembleia Geral Extraordinária Realizada aos 22/10/2026

Aos 22/10/2026 estiveram presentes na sede da Sumitomo Corporation do Brasil S.A., em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 37, 20º andar, conjunto 201, Bela Vista, CEP 01.311-902, as suas acionistas, Sumitomo Corporation e Sumitomo Corporation (Chile) Limitada, representando a totalidade do capital social e fazendo dispensáveis as medidas convocatórias comuns, que fizeram presidente da mesa o Sr. Yuji Watanabe, secretariado pelo Sr. Naokazu Shimada, e assim, às 08hrs00min deu-se início à Assembleia Geral Extraordinária, tendo por objetivo votar as matérias constantes da ordem do dia, a respeito da destituição de membros da Diretoria e de funções de Diretor de Negócios, da eleição de membros da Diretoria, da alteração, criação e extinção de departamentos, das correspondentes alterações estatutárias e da consolidação da composição da Diretoria e do Estatuto Social. Preliminarmente, aprovou-se a lavratura da ata em forma de sumário, sendo todas as deliberações tomadas por unanimidade e sem quaisquer restrições. Foi então aprovada a alteração da denominação do Departamento de Construção e Sistemas de Transporte para Departamento Automotivo, a criação do Departamento de Recursos Florestais e a extinção do Departamento de Biológicos. Ato contínuo, as acionistas destituíram os Srs. Hajime Uchiike do cargo de Diretor de Negócios, Mitsuhiro Ishida do cargo de Diretor Financeiro, Takeo Niki do cargo de Diretor de Negócios, e Kohei Ohkubo e Keita Fujisawa dos cargos de Diretor Sem Designação Específica, e retiraram do Sr. Yuji Watanabe a responsabilidade, como Diretor de Negócios, pelo Departamento de Recursos Minerais e pela Filial BH, permanecendo inalterados seus demais cargos e mandato, conferindo-se a Companhia e os referidos diretores mútua, plena, ampla, rasa, integral, irrevogável e irretratável quitação com relação aos cargos ocupados. Em seguida, elegeram os seguintes diretores, com mandato de 3 anos a contar daquela data: **(i)** Diretor Financeiro: **Naokazu Shimada**; **(ii)** Diretor de Negócios: **Takahisa Sawada**; **(iii)** Diretor de Negócios: **Tsutomu Abe**; **(iv)** Diretor de Negócios: **Koji Ichinose**; e **(v)** Diretor de Negócios: **Takayasu Nakamura**; tendo o Sr. Yuji Watanabe passado a acumular também a função de Diretor de Negócios responsável pelo Departamento Automotivo, mantido seu mandato vigente. Os diretores eleitos declararam seus desimpedimentos e tomaram posse conforme Termos de Posse anexos à ata lavrada. Como consequência, aprovou-se a alteração do Parágrafo Sexto do Artigo 11 do Estatuto Social e sua consolidação, que seguiu como Anexo I à ata lavrada. Por fim, consolidou-se a composição atual da Diretoria da Companhia, que passa a ser integrada pelos Srs. Yuji Watanabe, como Diretor Presidente, Diretor Jurídico e Diretor de Negócios; Hajime Uchiike, como Diretor Vice-Presidente; Tomoaki Kubo, como Diretor Administrativo; Naokazu Shimada, como Diretor Financeiro; Ippei Dobashi, como Diretor de Risco; Takamasa Ueda, Ryosuke Yanagi, Tsutomu Abe, Takahisa Sawada, Koji Ichinose e Takayasu Nakamura, todos como Diretores de Negócios; e Manabu Asakawa, Satoshi Takada e Yoshiaki Shimizu, todos como Diretores Sem Designação Específica. Encerrou-se a assembleia, cuja ata dela lavrada teve seu registro realizado pela JUCESP sob o nº 408.756/26-3 em 29/10/2026, conforme certificado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, pela qual assina a Secretária Geral Marina Centurion Dardani.

EDITAL DE CIÊNCIA DA USUCAPIÃO – PROPRIETÁRIOS

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, nos termos do art. 216-A da Lei 6.015/73, NOTIFICA RAPHAELA VELARDO, solteira, maior; e, OLGA VELARDO, solteira, maior, na qualidade de proprietários tabulares do imóvel usucapiendo, que a empresa VMR HOLDING LTDA., inscrita no CNPJ nº 29.168.210/0001-75, com sede nesta Capital, na Alameda Nothmann, nº 1.213, Campos Elíseos, CEP 01216-001, representada por sua sócia administradora, Vera Elena Massaroppi Rattichieri, casada, CPF 074.776.248-19, residente e domiciliada nesta Capital, na Avenida São João, nº 2.035, apto. 91, Campos Elíseos, protocolou sob nº 572.063, em 14/04/2026, nesta Serventia, instalada à Rua Vitorino Carmilo nº 576, Barra Funda, CEP 01153-000, pedido de reconhecimento extrajudicial de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, com fulcro no Art. 1.238 e seguintes do Código Civil Brasileiro, instruído com o documento prevista no artigo 216-A da Lei 6.015/73 c/c Prov. CNJ 65/2017, visando o registro da aquisição do imóvel consistente em "APARTAMENTO nº 52, localizado no 5º andar do Prédio São Caetano, situado na Alameda Nothamann, nº 1.213/1.221, antigo 1.219 no 11º Subdistrito – Santa Cecília, desta Capital, objeto da transcrição nº 26.720, deste Serviço Registral, cuja posse a requerente declara exercer a posse por período superior a 15 (quinze) anos, pela soma da posse, exercendo com exclusividade a posse mansa, pacifica e ininterrupta do imóvel lançado no cadastro de contribuinte da Prefeitura do Município de São Paulo sob nº 007.013.0058-2. Caso as notificadas não concordem com o pedido, poderão, no prazo de até 15 dias úteis, contados da data da publicação deste edital, apresentar impugnação fundamentada e por escrito, para fins do § 2º, do Artigo 216-A da referida Lei 6.015/73, dirigida ao 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, na Rua Vitorino Carmilo nº 576, nesta Capital, CEP 01153-000, com horário de atendimento das 9:00 às 16:00 horas, presumindo-se a concordância no caso de não apresentação de impugnação no prazo assinalado. E para que chegue ao seu conhecimento e não venha o notificado de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado por duas (2) vezes pelo prazo de 15 dias cada um. São Paulo, 19 de outubro de 2026. Dr. Jersé Rodrigues da Silva. Oficial.

EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO USUCAPIÃO

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 572.063, em 14/04/2026, o Requerimento feito pela empresa **VMR HOLDING LTDA**., inscrita no CNPJ nº 29.168.210/0001-75, com sede nesta Capital, na Alameda Nothmann, nº 1.213, Campos Elíseos, CEP 01216-001, representada por sua sócia administradora, Vera Elena Massaroppi Rattichieri, casada, CPF 074.776.248-19, residente e domiciliada nesta Capital, na Avenida São João, nº 2.035, apto. 91, Campos Elíseos, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA do "APARTAMENTO nº 52, localizado no 5º andar do Prédio São Caetano, situado na Alameda Nothamann, nº 1.213/1.221, antigo 1.219 no 11º Subdistrito – Santa Cecília, objeto da transcrição nº 26.720, deste Serviço Registral.** Em observância à previsão legal contida no $ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado",** fica ele por este Edital **INTIMADO** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 19 de outubro de 2026. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**).

DK74BR PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 47.211.607/0001-84, NIRE 3523954620-1

Redução de capital social

Decidem os sócios, de mútuo e comum acordo entre si, reduzir o capital social de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para R$ 2.360.000,00 (dois milhões, trezentos e sessenta mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 640.000 (seiscentas e quarenta mil) quotas subscritas e não integralizadas, sendo 590.000 (quinhentas e noventa mil) da sócia DK74 LTD, 25.000 (vinte e cinco mil) do sócio José Eduardo Dias Vitor Santos e 25.000 (vinte e cinco mil) da sócia Vicky Baskerville Santos, com dispensa das prestações ainda devidas e sem restituição de valor a nenhum sócio.

UTTL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 59.563.807/0001-85 - NIRE 35.3.0065822-1

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 25 de agosto de 2026

Realizada em 25/08/2026, às 10:30 h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: **Mario Luiz Saraiva**; e Secretária: **Silvia Helena Saraiva Gomes**. **Deliberações:** foram aprovadas por unanimidade e sem reservas as seguintes matérias: **(a)** as contas da administração e o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, com lucro líquido no valor de R$ 5.737.650,27, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia; **(c)** a ratificação dos registros contáveis e patrimoniais decorrentes da constituição da Companhia em 15/01/2025, da integralização do capital social e dos demais lançamentos refletidos nas demonstrações financeiras, incluindo: a constituição da Reserva Legal no montante de R$ 286.882,51; a distribuição de lucros aos acionistas no montante de R$ 5.450.767,76; os registros decorrentes da constituição da Companhia e integralização do capital social no montante de R$ 45.176.759,00, bem como Ajuste por Variações Patrimoniais no valor de R$ 6.800.060,86, ocorridos durante o exercício; **(d)** consignar que, conforme refletido nas demonstrações financeiras aprovadas, a Companhia encerrou o exercício social de 31/12/2025 com: Capital Social: R$ 45.176.759,00; Reserva Legal: R$ 286.882,51; Reserva de Lucros: R$ 0,00; Ajuste por Variações Patrimoniais: R$ 6.800.060,86; Lucros Acumulados: R$ 0,00; e Patrimônio Líquido Total: R$ 52.263.702,37; **(e)** a exoneração da responsabilidade dos administradores pela gestão da Companhia relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, nos termos da legislação aplicável. São Paulo/SP, 25/08/2026. **Mesa:** Mario Luiz Saraiva; Silvia Helena Saraiva Gomes. **JUCESP -** 384.935/26-6 em 08/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

AVUL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 59.573.149/0001-02 - NIRE 35.3.0065821-3

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 25/08/2026

Realizada em 25/08/2026, às 10h, na sede social. **Mesa:** Presidente: **Mario Luiz Saraiva**; e Secretária: **Silvia Helena Saraiva Gomes**. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade e sem reservas as seguintes matérias: **(a)** as contas da administração e o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, com lucro líquido no valor de R$ 14.613.953,26, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia: **(c)** a ratificação dos registros decorrentes da constituição da Companhia em 15/01/2025, da integralização do capital e dos demais lançamentos patrimoniais refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo: a constituição de Reserva Legal no valor de R$ 730.697,66; a distribuição de lucros aos acionistas no valor de R$ 13.883.255,60; a constituição da Companhia e a integralização do respectivo capital social no montante de R$ 131.895.737,00; e do registro de Ajuste por Variações Patrimoniais no montante de (R$ 11.322.026,77); **(d)** consignar que, conforme refletido nas demonstrações financeiras aprovadas, a Companhia encerrou o exercício social de 31 /12/ 2025 com: Capital Social: R$ 131.895.737,00; Reserva Legal: R$ 730.697,66; Reserva de Lucros: R$ 0,00; Ajuste por Variações Patrimoniais: (R$ 11.322.026,77); Lucros Acumulados: R$ 0,00; e Patrimônio Líquido Total: R$ 121.304.407,89; **(e)** a exoneração da responsabilidade dos administradores pela gestão da Companhia relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, nos termos da legislação aplicável. **São Paulo/SP, 25/08/2026. Mesa: Mario Luiz Saraiva -** Presidente. **Silvia Helena Saraiva Gomes -** Secretária. **JUCESP** - 384.937/26-3 em 08/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

VSBL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 59.563.681/0001-49 - NIRE 35.3.0065841-8

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 27/08/2026

Realizada em 27/08/2026, às 10h, na sede social. **Mesa:** Presidente: **Mario Luiz Saraiva**; e Secretária: **Silvia Helena Saraiva Gomes**. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença da totalidade dos acionistas. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade e sem reservas as seguintes matérias: **(a)** as contas da administração e o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, com lucro líquido no valor de R$ 63.836.781,31, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia: **(c)** a ratificação dos registros decorrentes da constituição da Companhia em 15/01/2025, da integralização do capital e dos demais lançamentos patrimoniais refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo: a constituição de Reserva Legal no valor de R$ 3.191.839,07; a distribuição de lucros aos acionistas no valor de R$ 60.644.942,24; a constituição da Companhia e a integralização do respectivo capital social no montante de R$ 293.870.118,00; e do registro de Ajuste por Variações Patrimoniais no montante de R$ 6.490.336,04; **(d)** consignar que, conforme refletido nas demonstrações financeiras aprovadas, a Companhia encerrou o exercício social de 31/12/2025 com: Capital Social: R$ 293.870.118,00; Reserva Legal: R$ 3.191.839,07; Reserva de Lucros: R$ 0,00; Ajuste por Variações Patrimoniais: R$ 6.490.336,04; Lucros Acumulados: R$ 0,00; e Patrimônio Líquido Total: R$ 303.552.293,11; **(e)** a exoneração da responsabilidade dos administradores pela gestão da Companhia relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **São Paulo/SP, 27/08/2026. Mesa: Mario Luiz Saraiva -** Presidente. **Silvia Helena Saraiva Gomes -** Secretária. **JUCESP -** 384.938/26-7 em 08/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DÉCIMO QUARTO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL
RICARDO NAHAT – OFICIAL
EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CIENCIA, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 1.006.369 em 19 de agosto de 2026, a requerimento de SONIA ELIZABETH FURUE, devidamente qualificada na ata notarial de usucapião lavrada no 22º Tabelião de Notas desta Capital (Lvº 5285, págs. 023/030), representada por seu advogado Dr. Mateus Achiles Gomes, OAB/SP nº 247.291, FAZ SABER aos titulares de domínio e aos interessados, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como a seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que requer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos da Lei nº 6.015/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.105/15, e do Provimento nº 149, de 30/08/2023, do CNJ, visando à declaração de domínio sobre o apartamento nº 11, do Condomínio Edifício Selma, situado na Rua Conde de Iraja nº 150, devidamente lançado pelo contribuinte nº 042.011.0181-9, cuja origem é na transcrição nº 107.443 deste Registro, constando como titular de domínio e o compromissado, e ora notificados: **CONSTRUTORA E INCORPORADORA ATLÂNTICA LTDA**, tendo sido compromissado a **CID FLAVIO SCHWINDT RODRIGUES**, estando a requerente exercendo a posse contínua, ininterrupta, mansa e pacífica, desde novembro de 1971. Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação da titular registral e ciência de terceiros eventualmente interessados, conforme supramencionado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnem o pedido, nos termos dos artigos 216-A, §4º, §10º e §13º, da Lei 6.015/73, e 408/413, *caput* e §2º, e 415 do provimento 149/2023 da CNJ, ficando advertidos de que a não apresentação de impugnação no prazo aqui previsto implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 23 de outubro de 2026.

De acordo
= RICARDO NAHAT =
Oficial

SURFACE SOLUTIONS BRASIL LTDA.

CNPJ/MF nº 58.528.177/0001-45 - NIRE nº 35.265.777.231

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas, na sede social da **Surface Solutions Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça João Duran Alonso, nº 34, 12º andar, sala 121A, Cidade Monções, CEP 04571-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.528.177/0001-45 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35.265.777.231 ("**Sociedade**"), reuniram-se os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. **2. Presença e Mesa:** Esteve presente a seguinte sócia: **GNMI Germany GMBH**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Alemanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.928.105/0001-08, com sede em c/o Blitzstart Holding GmbH, Maximiliansplatz 17, 90333 Munique, Alemanha, neste ato representada por seu bastante procurador, o Sr. Dalton Vitoriano Locatelli, brasileiro, solteiro, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.184.459-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 104.045.498-45, residente e domiciliado na Avenida Paulista, nº 37, 7º andar, conjunto 71, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-902. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Francisco Rodrigues Veloso, que convidou o Sr. Ricardo Arvaniti Martins para secretariá-lo. A única sócia, representando a totalidade do capital social, declarou estar ciente da data, hora, local e ordem do dia da presente reunião, ficando, portanto, dispensada quaisquer formalidades de convocação, nos termos do Contrato Social e da legislação aplicável. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 1.082, inciso II, e do artigo 1.084 do Código Civil; (ii) a restituição aos sócios de parte do valor correspondente às quotas objeto da redução, no montante total de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); (iii) a correspondente alteração do Contrato Social da Sociedade; e (iv) a autorização para a prática de todos os atos necessários à implementação e ao registro das deliberações ora aprovadas. **4. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os sócios, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **4.1. Redução do capital social:** Os sócios, considerando a atual situação patrimonial e financeira da Sociedade, bem como a natureza e o desenvolvimento de suas atividades sociais, verificaram que o capital social atualmente mantido pela Sociedade se mostra excessivo em relação ao seu objeto social, especialmente considerando que a Sociedade tem por objeto o armazenamento, embalagem, reembalagem; comércio, importação e exportação de: produtos químicos; produtos dietéticos; produtos alimentícios; cosméticos; substâncias bioquímicas; reagentes e produtos correlatos; equipamentos para análise de produtos em laboratórios de qualidade e pesquisa, e produtos de saneamento básico, suas partes e seus periféricos elétricos/eletrônicos; matérias-primas; b) desempenho de quaisquer negócios relacionados ou ligados aos descritos acima, incluindo a prestação de serviços a terceiros e representação comercial; c) oferta de cursos, treinamentos, demonstração das aplicações nas áreas descritas no item "a", incluindo elaboração e criação do material didático a ser utilizado nos cursos; d) serviços de escritório combinados com atividade de apoio administrativo, instalação de máquinas e equipamentos industriais, bem como suporte técnico relacionado a esses serviços; e) testes, análises técnicas, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, incluindo execução de projetos laboratoriais e estudos técnicos. Dessa forma, com fundamento no artigo 1.082, inciso II, e no artigo 1.084, ambos do Código Civil, a única sócia delibera aprovar a redução do capital social da Sociedade em R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). A redução será implementada mediante restituição de parte do valor das quotas à única sócia, com a correspondente adequação do capital social e da participação societária, observada a estrutura societária aprovada pela sócia e a correspondente alteração do Contrato Social. **4.2. Restituição de capital à única sócia:** Em decorrência da redução de capital ora aprovada, os sócios deliberam que o montante total de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) será restituído para a única sócia GNMI GERMANY GMBH. A restituição será realizada exclusivamente após o cumprimento de todas as condições legais para a eficácia da redução de capital, especialmente o transcurso do prazo legal de 90 (noventa) dias contado da publicação da presente ata, sem oposição de credores quirografários por títulos líquidos anteriores à publicação, ou, caso haja oposição, após o cumprimento das exigências previstas no artigo 1.084, §2º, do Código Civil. Os pagamentos serão realizados pela Sociedade mediante transferência bancária para contas de titularidade da respectiva sócia, em moeda corrente nacional, em prazo e condições a serem definidos pela administração, observado o disposto nesta Ata e na legislação aplicável. **4.3. Alteração do capital social:** Em razão da redução ora aprovada, o capital social da Sociedade será reduzido em **R$ 12.000.000,00** (doze milhões de reais), passando de **R$ 29.638.158,00** (vinte e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais) para **R$ 17.638.158,00** (dezessete milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais), dividido em **17.638.158 quotas**, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. A distribuição do capital social após a redução será aquela constante da alteração do Contrato Social que será firmada pela única sócia para refletir a presente deliberação. A única sócia reconhece e aprova, desde já, que a correspondente alteração contratual deverá refletir integralmente a redução ora deliberada, inclusive quanto ao número de quotas, valor nominal, participação percentual de cada sócio e demais disposições pertinentes. **4.4. Condição de eficácia da redução:** A única sócia expressamente reconhece que, nos termos do artigo 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a presente redução de capital, por se fundamentar no excesso de capital em relação ao objeto social, ficará sujeita ao procedimento legal aplicável. Assim, a redução somente produzirá seus efeitos após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias contado da publicação da presente ata, sem oposição de credor quirografário, por título líquido anterior à data da publicação, ou, caso haja oposição, após o pagamento da respectiva dívida ou o depósito judicial de seu valor, conforme aplicável. Consequentemente, a restituição dos valores à única sócia somente poderá ser efetivada após implementadas as condições legais para a eficácia da redução. **4.5. Publicação:** A única sócia delibera que a presente ata será levada a publicação na forma exigida pela legislação aplicável, para fins de ciência de eventuais credores e início da contagem do prazo previsto no artigo 1.084, §1º, do Código Civil. A administração da Sociedade fica expressamente autorizada a providenciar a publicação da presente ata, bem como a adotar todas as medidas necessárias à comprovação da respectiva publicação e ao posterior arquivamento do ato perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. **4.6. Alteração e arquivamento do Contrato Social:** A única sócia autoriza a administração da Sociedade a providenciar a elaboração, assinatura e arquivamento da correspondente Alteração do Contrato Social, refletindo a redução do capital social ora aprovada, bem como todas as alterações necessárias em razão da presente deliberação. A alteração contratual deverá ser apresentada à JUCESP após cumpridas as condições legais aplicáveis à eficácia da redução do capital social. **4.7. Autorizações:** Ficam os administradores da Sociedade expressamente autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, sem limitação: (a) providenciar a publicação desta Ata; (b) elaborar e assinar a respectiva alteração do Contrato Social; (c) requerer o arquivamento dos atos perante a JUCESP e demais órgãos competentes; (d) promover as alterações cadastrais necessárias perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos públicos; (e) praticar os atos bancários e financeiros necessários à restituição dos valores aos sócios; e (f) praticar quaisquer outros atos que se façam necessários ou convenientes à plena implementação das deliberações aprovadas nesta reunião. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, foi assinada por todos os sócios presentes. São Paulo, 16 de outubro de 2026. Sócia: **GNMI Germany GMBH**, p.p. Sr. Dalton Vitoriano Locatelli. Presidente da Reunião: **Francisco Rodrigues Veloso**, Secretário da Reunião: **Ricardo Arvaniti Martins**.

www.jornalodiasp.com.br

VCC PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 59.563.859/0001-51 - NIRE 35.300.658.230

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 26/08/2026

Realizada em 25/08/2026, às 10h, na sede social. **Mesa:** Presidente: **Mario Luiz Saraiva**; e Secretária: **Silvia Helena Saraiva Gomes**. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença da totalidade dos acionistas. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade e sem reservas as seguintes matérias: **(a)** as contas da administração e o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(b)** a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, com lucro líquido no valor de R$ 3.486.792,84, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia: **(c)** a ratificação dos registros decorrentes da constituição da Companhia em 15/01/2025, da integralização do capital e dos demais lançamentos patrimoniais refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo: a constituição de Reserva Legal no valor de R$ 174.339,64; a distribuição de lucros aos acionistas no valor de R$ 3.312.453,20; a constituição da Companhia e a integralização do respectivo capital social no montante de R$ 38.008.018,00; e do registro de Ajuste por Variações Patrimoniais no montante de R$ 3.564.872,19; **(d)** consignar que, conforme refletido nas demonstrações financeiras aprovadas, a Companhia encerrou o exercício social de 31/12/2025 com: Capital Social: R$ 38.008.018,00; Reserva Legal: R$ 174.339,64; Reserva de Lucros: R$ 0,00; Ajuste por Variações Patrimoniais: R$ 3.564.872,19; Lucros Acumulados: R$ 0,00; e Patrimônio Líquido Total: R$ 41.747.229,83; **(e)** a exoneração da responsabilidade dos administradores pela gestão da Companhia relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, nos termos da legislação aplicável. **São Paulo/SP, 26/08/2026. Mesa: Mario Luiz Saraiva -** Presidente. **Silvia Helena Saraiva Gomes -** Secretária. **JUCESP** - 385.335/26-0 em 13/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.861

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 28/08/2026

Realizada aos 28/08/2026, às 16h, na sede social. **Mesa**: **Presidente** - Silvia Helena Saraiva Gomes; **Secretário** - Antonio Carlos Lourenço Marques. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença da totalidade do capital social. **Publicação Prévia de Documentos**: O relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social do ano de 2025 foram devidamente publicadas, de forma resumida, no dia 18/06/2026 2026, no jornal "O Dia" e com divulgação simultânea da íntegra dos demonstrativos, na mesma data, no mesmo jornal, na internet. **Deliberações**: Aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes matérias: **I- (a)** O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, foram aprovados, por unanimidade e sem ressalvas; **I-(b)** A Sociedade apurou resultado positivo de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2025, no importe total de R$ 26.630.775,63. Foi consignado que, no exercício de 2025, ocorreu a redução do capital social e das reservas em decorrência da operação de cisão parcial da Companhia, resultando na baixa patrimonial total de R$ 514.483.874,32, sendo R$ 168.950.632,71 referentes ao capital social e R$ 345.533.241,61 referentes à reserva de lucros. Ainda no exercício, foram distribuídos lucros no montante total de R$ 53.596.755,06. Em razão das movimentações ocorridas no exercício, o Patrimônio Líquido da Companhia, em 31 /12/2025, totalizava R$ 143.509.031,90, composto por: a) Capital Social de R$ 16.549.367,29; b) Reserva de Capital de R$ 28.946.956,04; c) Reserva de Lucros de R$ 94.779.455,24; e d) Ajuste por Variações Patrimoniais de R$ 3.233.253,33. Os acionistas aprovaram a destinação integral do resultado do exercício à reserva de lucros, conforme proposta da Administração constante das demonstrações financeiras. Os acionistas aprovam as demonstrações financeiras e ratificam todas as movimentações patrimoniais e societárias refletidas na contabilidade da Companhia durante o exercício social encerrado em 31/12/2025; **II –** Os acionistas ratificam a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024, **conforme refletida nas demonstrações financeiras reapresentadas**. A Sociedade apurou resultado positivo de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2024, no importe total de R$ 110.317.694,28, dos quais foram destinados R$ 5.515.884,72 para constituição de reserva legal. A Sociedade efetivamente distribuiu lucros no valor total de R$ 8.000.000,00, restando saldo de reservas no valor total de R$ 496.225.632,32, sendo R$ 28.946.956,04 a título de Reserva de Capital e R$ 467.278.676,28 a título de Reserva de Lucros, os quais permaneceram à disposição dos acionistas; **III -** Ratificada a escolha da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. São Paulo, 28/08/2026. **Mesa: Silvia Helena Saraiva Gomes -** Presidente. **Antonio Carlos Lourenço Marques -** Secretário. **JUCESP -** 385.659/26-0 em 08/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Renováveis ganham espaço, mas fósseis concentram 70% dos subsídios

Mais de 70% dos subsídios federais ao setor de energia no Brasil foram destinados, no ano passado, aos combustíveis fósseis, cujo uso é o principal causador do aquecimento global e dos eventos climáticos extremos que se tornam mais frequentes a partir dele.

A conclusão faz parte da 9ª edição do Monitoramento dos Subsídios Federais às Fontes de Energia no Brasil, estudo produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Apesar de ainda menores, os subsídios às energias renováveis, como a solar e a eólica, saltaram 20,89% apenas em 2025.

Segundo os pesquisadores, o Brasil gastou R$ 77,16 bilhões em subsídios federais ao setor de energia no ano de 2025. Desse total, R$ 54,12 bilhões, o equivalente a 70,14%, foram para setores como os de petróleo, gás natural e carvão vegetal.

A fatia que foi destinada aos produtores de energia renovável, como a eletrificação de transportes e a geração de energia eólica e solar, foi de R$ 23,04 bilhões. Na prática, para cada R$ 1 destinado a essas fontes renováveis, R$ 2,35 foram para os combustíveis fósseis.

Segundo a assessora política do Inesc e coautora do estudo, Alessandra Cardoso, os números mostram que a política de subsídios brasileira ainda sustenta uma forte dependência dos combustíveis fósseis, quando a urgência climática exige que a produção de energia emita cada vez menos gases do efeito estufa.

"Não se trata apenas de comparar quanto o país destina a cada fonte de energia, mas de avaliar quais atividades estão sendo incentivadas, quem se beneficia desses recursos e como essas escolhas se relacionam com os compromissos de transição energética", destaca.

Na comparação com o ano de 2024, quando foram destinados R$ 73,88 bilhões ao setor de energia, houve um crescimento de 4,44% nos apoios financeiros.

Apesar do crescimento geral, a fatia dos combustíveis fósseis teve uma queda de 1,27% frente a 2024, quando o setor recebeu R$ 54,82 bilhões.

Já a produção e o consumo de energia renovável receberam 20,89% a mais de benefícios do que em 2024, quando foram concedidos apenas R$19,06 bilhões em subsídios.

De acordo com os pesquisadores, a expansão do benefício às renováveis foi impulsionada principalmente pelos incentivos à geração distribuída, que somaram R$ 14,71 bilhões, o equivalente a 63,9% da fatia das renováveis.

Nessa modalidade, a energia é produzida pelo próprio consumidor. Um exemplo é a instalação de placas fotovoltaicas na própria residência ou comércio que necessita de luz elétrica.

Na avaliação de Cássio Cardoso Carvalho, assessor político do Inesc, os mecanismos de financiamento à geração distribuída acabam transferindo os custos para consumidores que não conseguem acessar os benefícios da geração própria. Portanto, existe um risco de promover uma transição que aprofunda desigualdades.

"A política de subsídios precisa combinar a expansão das fontes limpas com critérios de justiça distributiva, redução da pobreza energética e ampliação do acesso à energia", complementa.

Embora os subsídios aos combustíveis fósseis venham diminuindo, quando os pesquisadores analisaram individualmente quais mecanismos foram mais beneficiados em 2025, concluíram que a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um encargo pago pelos consumidores de energia elétrica, arrecadou R$ 14,11 bilhões, 26,62% a mais que em 2024.

Esse valor % que representa pouco mais de um quarto dos subsídios dados aos combustíveis fósseis % foi direcionado para financiar a geração de eletricidade em sistemas isolados à base de combustíveis fósseis, como termoelétricas movidas a óleo diesel, por exemplo.

Na avaliação de Cássio Carvalho, é necessária uma reforma ordenada dos subsídios, capaz de avaliar, planejar e reorientar os recursos públicos e que funcione como um instrumento relevante para impulsionar a transição energética brasileira.

"Há setores que já não necessitam do mesmo nível de incentivo, seja por razões relacionadas à transição energética, seja pela própria viabilidade econômica de suas atividades. Nesse sentido, a reforma pode direcionar recursos para setores da economia que enfrentam maiores desafios", conclui.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o estudo do Inesc já reflete uma trajetória de redução dos subsídios federais aos combustíveis fósseis e de ampliação dos recursos para as fontes renováveis.

"É importante destacar que os dados se referem ao período anterior às medidas excepcionais e transitórias adotadas em 2026, destinadas a mitigar os efeitos adversos no mercado interno da volatilidade internacional dos preços do petróleo, decorrente da guerra no Irã e do fechamento do Estreito de Ormuz", destaca o órgão por meio de comunicado à imprensa.

O comunicado destaca ainda a mudança legal promovida pelo país para incentivar a produção de fontes energéticas sustentáveis, como o Lei dos Combustíveis do Futuro (14.993/2024), que integra os Programas RenovaBio, Mover, Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve).

O ministério cita ainda o Plano de Transformação Ecológica, o EcoInvest Brasil, com previsão de mobilizar mais de R$ 190 bilhões em investimentos, e o Fundo do Clima, que prevê R$ 27,5 bilhões para 2026.

Segundo a pasta, esse conjunto de medidas vai contribuir para uma distribuição de subsídios mais equilibrada e para uma transição energética de acordo com os compromissos assumidos pelo governo brasileiro. (Agência Brasil)

Operação mira rede ilegal de bets que movimentou R$ 734 milhões



Foto/PCDF

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e de mais cinco estados deflagraram na manhã da quinta-feira (5) a Operação Azzardo, para combater uma rede de bets ilegais que movimentaram cerca de R$ 734 milhões, segundo as investigações.

A operação mobiliza cerca de 200 policiais civis das polícias civis do DF, São Paulo (PCSP), Goiás (PCGO), Paraná (PCPR), Ceará (PCCE) e Rio Grande do Norte (PCRN). Ao todo, são cumpridos 52 mandados de busca e apreensão.

Em Brasília, os mandados são cumpridos nos bairros de Sobradinho, Sobradinho II e Ceilândia, onde a polícia identificou dezenas de empresas abertas com o mesmo endereço e o mesmo telefone, por exemplo.

Na capital paulista, as equipes cumprem mandados na região da Avenida Brigadeiro Faria Lima, em Pinheiros, no polo empresarial da Vila Olímpia e outros locais.

Em Goiás, as diligências ocorrem em Goiânia, em Planaltina de Goiás e em Valparaíso de Goiás. A Justiça do Distrito Federal autorizou ainda o bloqueio de R$ 3,483 bilhões, alcançando 64 pessoas físicas e 120 pessoas jurídicas.

A decisão também determinou a suspensão das inscrições no CNPJ e dos registros nas juntas comerciais de 100 empresas e empresários individuais, a proibição de abertura de novas contas bancárias pelos investigados durante 90 dias e o afastamento dos sigilos bancário e fiscal de 82 pessoas físicas e 83 pessoas jurídicas.

Os investigados respondem pelos crimes de exploração de loteria não autorizada, estelionato mediante fraude eletrônica, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e organização criminosa.

As penas privativas de liberdade, somadas em abstrato, variam de 11 anos e 6 meses a 31 anos, podendo chegar a 33 anos se a falsidade ideológica envolver documento público.

A investigação teve início há cinco meses a partir de comunicações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) à PCDF, que identificou plataformas de apostas de quota fixa (bets) operando sem autorização federal.

Os sites de apostas online, todos sem autorização federal para funcionamento, eram divulgados em redes sociais e apareciam nos resultados de buscas em sites como o Google.

Segundo as investigações, o dinheiro enviado por apostadores para essas bets ilegais eram direcionados para mais de 100 contas abertas na fintech A55 Sociedade de Crédito, com sede em São Paulo. Cerca de R$ 1 bilhão foi movimentado dessa forma, informou a Polícia Civil do DF. A Agência Brasil tenta contato com a instituição para posicionamento.

"Esta instituição financeira, duas empresas do mesmo grupo e seus dirigentes são alvos das medidas de busca e bloqueio cumpridas na operação de hoje", informou a PCDF.

Em entrevista coletiva, o delegado Paulo Pereira, chefe da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco) da PCDF, relatou que "apostadores abriram boletins de ocorrência. Eles diziam que não recebiam os valores das apostas e não sabiam que os sites eram ilegais. Aparentemente estavam sendo vítimas de estelionato".

Ainda segundo o delegado, constatou-se que as empresas que recebiam os pagamentos dessas bets ilegais eram de fachada. Uma delas, por exemplo, tinha como endereço uma padaria. Outra tinha registrado seu funcionamento em uma residência humilde, na qual a moradora disse ter recebido R$ 200 para fornecer seus dados.

O nome da operação remete a gioco d'azzardo, expressão italiana que significa "jogo de azar". (Agência Brasil)

Receita apreende 15 toneladas de produtos irregulares no Porto do Rio

A Receita Federal apreendeu, na quarta-feira (4), contêiner com aproximadamente 15 toneladas de mercadorias irregulares no Porto do Rio de Janeiro. A carga, proveniente da China, continha cerca de 243 mil itens e foi avaliada em R$ 3,6 milhões.

Durante a fiscalização, a mercadoria foi inicialmente declarada como guarda-chuvas, produtos de baixo valor comercial. No entanto, a verificação física realizada pelos servidores da Receita Federal revelou a presença de cosméticos importados sem a devida anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de produtos com indícios de fraude de marcas regularmente registradas no Brasil.

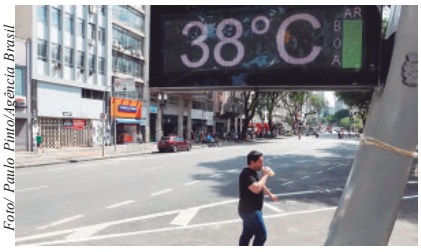
A apreensão integra as ações da Operação Fronteira Receita Federal 2026, iniciativa de vigilância e repressão em rotas utilizadas para a prática de ilícitos como contrabando, descaminho e tráfico de drogas, armas, fauna e flora.

A ação reúne órgãos de segurança pública, fiscalização e defesa, promovendo o compartilhamento de inteligência e a atuação integrada no combate ao crime organizado.

Ao impedir a entrada de produtos irregulares no mercado nacional, a Receita Federal contribui para a proteção da saúde e da segurança dos consumidores, para a defesa da propriedade intelectual e para a promoção de um ambiente de concorrência leal entre as empresas que atuam regularmente no país. (Agência Brasil)



Painel permite analisar mudanças climáticas no Brasil e América Latina



Foto/ Paulo Pinto/Agência Brasil

O governo federal e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) lançaram na terça-feira (3) um painel que permite explorar como as mudanças climáticas podem alterar a temperatura e o regime de chuva no Brasil e na América Latina nas próximas décadas.

A ferramenta integra o AdaptaBrasil, plataforma que reúne indicadores de risco climático para os 5.570 municípios brasileiros, considerando fatores como ameaças climáticas, exposição e vulnerabilidade. Essas informações ajudam a identificar áreas mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas e a orientar decisões sobre medidas de adaptação. Com o novo painel, a plataforma passa a oferecer também mapas com projeções de mudanças na temperatura e na precipitação sob diferentes níveis de aquecimento global.

Durante o lançamento, o secretário de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Aloisio Melo, disse que o governo federal tem trabalhado para tornar a adaptação à mudança do clima uma agenda prioritária, estratégica e transversal.

"Esse processo de atualizar o Plano Clima e de fazer um plano de adaptação muito mais robusto e transversal, por meio de 16 planos setoriais e temáticos, foi um esforço para traduzir e dar concretude a essa agenda tão fundamental para o desenvolvimento do país".

Melo explicou que a medida envolve a forma como enfrentamos nossas vulnerabilidades socioeconômicas, que são históricas, mas foram agravadas nesse contexto em que a mudança do clima se materializa, se faz presente e desafia as várias agendas e políticas de desenvolvimento setoriais."

O coordenador-geral de Ciência do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Márcio Rojas da Cruz, destacou que o governo federal está disponibilizando, por meio do AdaptaBrasil, informações relevantes no contexto da adaptação.

"São as primeiras informações necessárias para se começar a pensar em adaptação. Não se pensa em adaptação sem, antes de mais nada, começar a vislumbrar como será o nosso futuro do ponto de vista climático", apontou.

O painel reúne indicadores de temperatura e precipitação, incluindo os relacionados a eventos extremos, para quatro níveis de aquecimento global: 1,5°C, 2°C, 3°C e 4°C. Os mapas também permitem comparar as mudanças projetadas em diferentes condições de aquecimento e identificar como elas se distribuem geograficamente.

De acordo com o gerente de soluções da RNP, Christian Mizara, o painel tem a possibilidade de comparar diferentes níveis de aquecimento global. "Em uma única interface, é possível visualizar indicadores de temperatura e precipitação, considerando os cenários de aquecimento. Isso ajuda a compreender como as ameaças climáticas podem se comportar à medida que a temperatura global aumenta", disse.

Para o pesquisador sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Jean Ometto, o novo painel permite à sociedade acessar as projeções climáticas. "As projeções climáticas são um aspecto central, dentro do cálculo de risco, para que possamos planejar. Isso tudo, obviamente, embute uma incerteza, mas a ciência vai buscando justamente trazer a informação mais clara, mais robusta e mais transparente possível para que se possa trabalhar com planejamento".

O pesquisador do INPE Gilvan Sampaio fez a apresentação do painel. Ele explicou que a plataforma está em sua primeira versão, tem navegação simples e que o instituto tem trabalhado para que seja possível baixar os dados sobre o clima por área e biomas. "Nós vamos incluir outras variáveis, como umidade relativa, vento, radiação e que são importantes também para os grupos de pesquisa, pesquisadores e para os diversos usuários, inclusive a população, para ter uma informação confiável sobre a mudança do clima", avaliou. (Agência Brasil)